



PLANOS DE ENSINO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: COMO ESTÃO ARTICULADOS?

Marizeth Rodrigues Araújo¹
Gabriel Lisboa da Silva²
Leilane Mayara Lisboa³
Rafaela Quintanilha Abrahão⁴
Ocimar Munhoz Alavarse⁵

RESUMO

Este trabalho decorre da investigação sobre como professores do Ensino Fundamental elaboram seus planos de ensino e como estes se articulam com a avaliação da aprendizagem. Esta é uma prática recorrente da ação docente, necessária para compreender o desenvolvimento das aprendizagens. Contudo, no processo de formação de professores(as), pouco se aborda sobre avaliação, o que pode impor restrições ao ato de avaliar. A fundamentação teórica abrange autores que tratam sobre análise documental, planos de ensino e avaliação da aprendizagem. A pesquisa focou nos planos de ensino dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da Escola Mauritânia da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RM-SP), a fim de contribuir na resposta à seguinte questão: como se planeja avaliar a aprendizagem? A metodologia adotada foi de análise documental uma vez que é um dos grandes grupos de métodos de recolha de dados nas investigações qualitativas e pode tanto complementar a informação obtida por outros métodos, quanto ser o método de pesquisa central. Encontramos diversidade na forma de avaliar, critérios ocultos ou imprecisos e ao longo das análises foi possível tecer e explicitar questionamentos que podem vir a ser úteis para outras frentes de pesquisa em avaliação educacional.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem, Planos de Ensino, Ensino Fundamental, Formação docente.

INTRODUÇÃO

A formulação do plano de ensino está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LD/ 96) no Art. 13 que trata sobre as incumbências dos docentes. Contudo, não há detalhamento, tratando-se de uma determinação genérica, ou seja, os docentes devem elaborar e cumprir plano de trabalho, de acordo com a proposta pedagógica da instituição de ensino (BRASIL, 1996). No mesmo artigo, determina-se também que cabe aos docentes participarem integralmente dos períodos dedicados à avaliação. Ainda na LDB, o inciso V do Art. 24 refere-se à verificação do rendimento escolar, apresentando critérios avaliativos. Sabe-se que

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de São Paulo - SP, mr.araujo@usp.br;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade de São Paulo - SP, gabriellisboa@usp.br;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de São Paulo - SP, leilanelisboa@usp.br;

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de São Paulo - SP, rafaela.abrahao@usp.br;

⁵ Professor orientador. Doutor em Educação, Universidade São Paulo - SP, ocimar@usp.br.



avaliar é uma prática recorrente como ação docente, importante e necessária para compreender como o desenvolvimento das aprendizagens dos(as) estudantes estão ocorrendo e, eventualmente, para incidir no processo de ensino a fim de possibilitar uma maior aprendizagem dos alunos.

Contudo, ainda que os professores sejam avaliadores por excelência, eles recebem, na formação inicial, pouca instrução a respeito, constituindo o que se pode denominar de “paradoxo docente” (ALAVARSE, 2013), situação que pode comprometer ou limitar a prática avaliativa, ainda que não totalmente, pois a aprendizagem para avaliar acaba ocorrendo na prática e isso não necessariamente a inviabiliza. Nesse sentido, compreender mais sobre como os professores avaliam é de extrema importância para refletir sobre a prática e propor, eventuais, mudanças, possibilitando aumentar os conhecimentos sobre a avaliação educacional, especialmente avaliação da aprendizagem.

A busca de informações sobre como os professores avaliam a aprendizagem de seus alunos pode ocorrer por meio de diversas fontes, tais como: observações de aulas, tratamento de dados, questionários, entrevistas e planos de ensino. Atentar-se para esses últimos, tem como ponto de partida a consideração de que esses documentos, a despeito da suposição de que seriam apenas uma formalidade administrativa, são muito importantes para evidenciar concepções sobre a avaliação da aprendizagem. E, mesmo as lacunas de informação podem, igualmente, sinalizar aspectos importantes.

Parkes e Harris (2002) nos apresentam a importância dos detalhes na construção de um plano de estudo, embora em outro contexto, e nos trazem a reflexão sobre o comprometimento documental que pode haver na descrição de um plano de estudo e sobre a importância da descrição minuciosa dos conteúdos e dos procedimentos de avaliação. Transportando essa ponderação para o plano de ensino, destaca-se a importância da reflexão sobre tal tipo de documento escolar como “um registro permanente”, que de acordo com os autores, representa “responsabilidade e documentação”, inclusive como histórico, colaborando para articulação entre futuros(as) docentes e acompanhamento da gestão.

Na perspectiva de Luca (2020), os documentos planos de ensino são como uma fonte que, com as possíveis interpretações, salientam concepções de avaliação educacional podendo se relacionar com outros documentos curriculares, como a BNCC (BRASIL, 2017), o Saeb (BRASIL, 2020ab) e, especialmente, da própria RME-SP, no caso o Currículo da Cidade (SÃO PAULO, 2019). Dessa forma, neste trabalho apresentamos a investigação dos Planos de Ensino das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Maurítânia (ESCOLA..., 2019 e 2020), escola da Rede Municipal de



Ensino de São Paulo (RME-SP), investigação integrada a um projeto mais amplo e que visa contribuir na resposta à seguinte questão: Como se planeja avaliar a aprendizagem?

A análise documental, metodologia deste trabalho, de acordo com Calado e Ferreira (2004), é um dos três grandes grupos de métodos de recolha de dados que se pode utilizar como fontes nas investigações qualitativas. Para a pesquisa no campo da educação, a análise de documentos pode tanto complementar a informação obtida por outros métodos, quanto ser o método de pesquisa central (CALADO; FERREIRA, 2004) e os planos de ensino, assim como os diários de classe e o Projeto Político Pedagógico, constituem-se como fontes documentais (CECHINEL *et al.*, 2015). A análise documental, nesse sentido, apresenta algumas vantagens, tais quais: baixo custo; subsistência ao longo do tempo, possuir uma fonte rica e estável de dados, além de que tal metodologia não exige, apesar de não dispensar completamente, o contato com os sujeitos (CECHINEL *et al.*, 2015).

Todavia, como afirmado por Cellard (2008), é importante ter alguns cuidados, pois o documento constitui um instrumento que o pesquisador não domina e, “embora tagarela, o documento permanece surdo, portanto, o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares.” (CELLARD, 2008, p. 295-296). Assim, a análise documental também pode apresentar alguns desafios, entre os quais é possível citar a subjetividade dos documentos. Durante o processo preliminar, de exame e crítica dos documentos, é preciso compreender os conceitos-chave e a lógica interna do texto (CECHINEL *et al.*, 2015). Contudo, nem sempre é simples entender o sentido dos termos empregados nos planos de ensino, demandando um apurado trabalho de análise e reflexão.

Assim, com a finalidade de contribuir com a compreensão e o enfrentamento dos desafios contemporâneos da avaliação educacional, esse trabalho foi desenvolvido visando apresentar o resultado da análise dos Planos de Ensino da Escola Mauritânia dos anos 2019 e 2020, contemplando componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, referentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Importante salientar que as análises apresentadas estão integradas a um escopo mais amplo do projeto de investigação sobre como os professores avaliam a aprendizagem de seus alunos e refletir sobre possibilidades de alternativas.

O desenvolvimento de uma metodologia de análise documental possibilitou a realização de análises mais céleres sem, com isto, deixar de encontrar singularidades e recorrências nos trechos dos planos que foram selecionados.

METODOLOGIA



Os documentos recebem um tratamento que é orientado pelo próprio problema de pesquisa e, à medida em que são encontrados, lidos e analisados, podem levar a uma delimitação importante para o desenvolvimento do trabalho analítico (PIMENTEL, 2014). Nesse sentido, foi possível notar que os planos de ensino são documentos que possuem especificidades e a metodologia de análise documental demandou o desenvolvimento de uma ferramenta informatizada. Inicialmente, a partir de tabelas desenvolvidas no *Excel* foi possível construir o que foi denominado como Planilha de Controle. Esta é constituída por tabelas referentes aos anos letivos de 2019 e 2020, e em cada uma constam as dez disciplinas do Ensino Fundamental e os nove anos escolares, do 1º ao 9º ano. Assim, tornou-se possível identificar com facilidade quais planos estão arquivados. É importante salientar que o recorte temporal de trabalho, com relação aos anos escolares e anos letivos analisados, foi determinados pelos documentos disponibilizados pela escola.

Para a análise, adotou-se como estratégia identificar nos Planos de Ensino trechos referentes à avaliação da aprendizagem, sendo definidos dois tipos de trechos: explícitos e implícitos. Os trechos explícitos se referem aos conteúdos que estão contidos dentro do tópico "Avaliação". Essa escolha deriva de ser uma tradição existir, nos planos de ensino, um tópico ou seção específica para os professores escreverem sobre como se dará o processo avaliativo. Além disso, foi considerado como trechos explícitos o que está contido nas "Referências", pois indicariam as fontes nas quais os professores se apoiam, no caso da avaliação da aprendizagem, contendo artigos científicos ou documentos oficiais relacionados à avaliação. Como trechos implícitos, considerou-se o que está ao longo de todo o texto do Plano de Ensino e que, sob consideração da análise de seu conteúdo, contém aspectos relativos à avaliação da aprendizagem.

A organização dos trechos selecionados deu-se por meio da ação de copiar dos Planos de Ensino onde se encontravam e colá-los em arquivos do *Word* específicos, visando seu armazenamento. Como forma de organizar, tanto cada um dos Planos de Ensino, quanto os arquivos de seleção, desenvolveu-se uma tabela gerenciadora no *Excel* que, por meio de hiperlinks, garante um acesso mais rápido e prático a todos os documentos. Nessa tabela, encontramos divisões por anos letivos, anos e disciplinas escolares, além de que há um espaço para a inclusão dos nomes dos autores, quando estes são identificados.

Diante da seleção de trechos das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, partimos para uma análise diacrônica, com a ressalva da limitação temporal imposta pela disponibilidade documental. Todavia, não se deve deixar de ressaltar a importância da análise diacrônica, já que de acordo com Shiroma *et al.* (2005), textos devem ser lidos em relação ao



tempo e particular contexto em que foram produzidos, sendo necessário confrontá-los com outros produzidos no mesmo período e local. Assim, foram analisados trechos explícitos e trechos implícitos, os quais se relacionam com os conceitos de avaliação da aprendizagem com o intuito de obter evidências para responder à pergunta de pesquisa. A partir desses trechos, foram analisados padrões de metodologias de avaliação, ausências de pressupostos, terminologias, instrumentos de avaliação e subjetividades dos professores com relação à maneira que entendem e praticam a avaliação educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos tópicos seguintes estão os trechos de Língua Portuguesa e Matemática, selecionados durante a leitura dos Planos de Ensino dentro da perspectiva dos recortes de trechos explícitos e implícitos, os quais nos trazem importantes análises para refletir e compreender como a avaliação se encontra nos planejamentos de ensino dos professores.

1. Análise dos Planos de Ensino de Língua Portuguesa

Uma primeira constatação é que são poucos os trechos, sendo que em 2019 há apenas trechos referentes aos 2º e 5º anos e em 2020 apenas para 1º, 4º e 5º anos. Pelo fato de terem sido encontrados trechos nos planos do 5º ano nos dois anos letivos, concentraram-se aí as análises diacrônicas, mesmo reconhecendo que se trata de intervalo muito reduzido que, por sua vez, restringe a extensão das análises. Em 2019 não há trechos explícitos sobre avaliação da aprendizagem; apenas um trecho implícito que tem como título “Formas e critérios de recuperação contínua”. Este trecho foi identificado como implícito sobre avaliação da aprendizagem, pois recuperação, uma atividade didática excepcional, relaciona-se com a avaliação na medida em que o início e o término de tal atividade didática depende de uma avaliação, ou seja, inicialmente houve um processo de julgamento da aprendizagem, ainda que a escala ou o critério não sejam expostos, com base no qual toma-se a decisão de organizar a recuperação, ou seja, se o estudante encontra-se abaixo de determinado valor, considerado insuficiente, toma-se uma decisão pedagógica de incluir o aluno em atividades de recuperação. A saída do aluno de tal processo também depende de um julgamento. Na leitura do texto não foi possível identificar a descrição desses critérios, apenas a indicação de ações, registradas como: "Atividades diversificadas; material concreto; jogos diversos; atendimento individualizado; trabalho em duplas produtivas e em pequenos grupos" (ESCOLA MAURITÂNIA, 2019a, p. 2). Ou seja, há referências a recursos e procedimentos para a tal

"recuperação", mas sem a explicitação dos critérios para a avaliação da aprendizagem dos alunos indicados para essas atividades e que, ao mesmo tempo, assinalariam as condições para deixassem de demandá-las. Pode-se, assim, afirmar que se trata de um trecho marcado pela incompletude em relação à avaliação da aprendizagem.

O adjetivo “contínua”, utilizado no título, pode revelar concepções sobre o processo de recuperação que, como mencionado, têm relação com a avaliação da aprendizagem. Nesse sentido é possível afirmar que não se assume a recuperação como um momento único que acontece apenas ao final do ano letivo, mas sim de forma mais frequente, ao longo do desenvolvimento das aulas.

Notamos que tal trecho implícito não aborda instrumentos de avaliação da aprendizagem, pois ao citar atividades diversificadas, trabalhos em duplas produtivas e em pequenos grupos, estaria, na verdade, referindo-se a procedimentos didáticos, mais para um modelo de atendimento, que nem configurariam atividades avaliativas; tampouco nos materiais que serão utilizados (material concreto e jogos diversos) estariam delineados. Nesses termos, tais jogos seriam materiais didáticos que visariam facilitar a aprendizagem dos alunos, pouco relativos a instrumentos que permitam levantar informações sobre a aprendizagem dos alunos diante do processo de recuperação.

Com a leitura do trecho é possível observar que a utilização de termos com sentido genérico dificulta a compreensão do texto, bem como da proposta de recuperação contínua, como exemplo: “diversificadas”, “diversos” e “duplas produtivas”. Assim, a proposta aparece de forma muito geral, sem maiores especificações.

Em 2020, o trecho implícito selecionado inicia-se com “A avaliação ocorrerá [...]”, mas não há tópico ou título que o anteceda. No entanto, seu conteúdo indica uma explicitação sobre a avaliação da aprendizagem, pois consta, apesar de alguns problemas de redação, que

A avaliação ocorrerá de maneira processual, sendo: diagnóstica, cumulativa e formativa, tendo como objetivo básico o aperfeiçoamento e, se necessário, o replanejamento das ações de ensino na organização do trabalho pedagógico, visando identificar dificuldades e avanços da situação de aprendizagem escolar do aluno, em função das condições de ensino que serão oferecidas, neste contexto, espera-se que o aluno:

- Possa expor sua opinião sobre o que é lido e complemente informações com os conhecimentos que já possui;
- Dialogue oralmente sobre conteúdos aprendidos durante os projetos utilizando uma linguagem formal;
- Apresente suas ideias em textos coerentes e coesos através de suas opiniões pessoais e também informações aprendidas (ESCOLA..., 2020b, p. 2).

Afirma-se que a avaliação será diagnóstica, cumulativa e formativa, porém não há maiores detalhamentos com relação a essas diferentes finalidades. De acordo com o trecho, o

objetivo básico da avaliação seria aperfeiçoar e replanejar as ações de ensino, destacando mais a associação da avaliação à tomada de decisões e não à própria avaliação.

Afirma-se, todavia, que a avaliação visa identificar dificuldades e avanços da situação de aprendizagem escolar do aluno, em função das condições de ensino oferecidas, de tal modo que o enfoque não parece estar concentrado na aprendizagem dos estudantes, mas sim em uma intervenção no processo pedagógico ou das causas de determinado desempenho. Destacamos que não são apresentados critérios nem instrumentos de avaliação. Tal situação pode promover um questionamento sobre a possibilidade de um maior enfoque no ensino quando comparado à aprendizagem, situação que todo o trecho parece exemplificar bem. É importante mencionar que o professor não aponta quais conteúdos espera-se que o aluno domine para além da coesão e coerência, sendo ressaltados procedimentos pelos quais a aprendizagem dos alunos seriam consideradas, pelo emprego dos verbos “expor”, “dialogar” e “apresentar”. Além disso, o que parece ser um critério de avaliação da aprendizagem, pode ser questionável, pois aparentemente se avaliaria a opinião do aluno, como é possível observar com a leitura do tópico: “Apresente suas ideias em textos coerentes e coesos através de suas opiniões pessoais e também informações aprendidas.” (2020b, p. 2).

Com relação ao Plano de Ensino do 2º ano de 2019, selecionamos um trecho explícito de avaliação da aprendizagem, que tem como título: “Formas, critérios, instrumentos e periodicidade das avaliações”:

A avaliação é formativa e contínua, o docente acompanha e media as atividades de forma a diagnosticar as dificuldades e os avanços, tendo em vista a participação, envolvimento e dedicação escrita e oral do aluno em todos os trabalhos propostos.

A avaliação deve incidir sobre atividades de leitura, produção escrita e produção oral. Avaliação se dará através do acompanhamento diário do processo de aprendizagem dos alunos através da observação, avaliações diagnósticas internas e externas, socialização, participação crítica, organização, atividades de leitura, produção escrita, escrita e produção oral, sondagens bimestrais de hipóteses de escrita, produção e interpretação de textos entre outros. (2019a, p. 1)

Afirma-se que a avaliação é contínua, ressaltando-se a finalidade formativa da mesma. É possível verificar que há uma associação direta entre avaliação e o verbo diagnosticar. De acordo com o trecho, esse diagnóstico das dificuldades e avanços dos estudantes tem em vista “a participação, envolvimento e dedicação escrita e oral do aluno” (2019a, p. 1), aspectos que extrapolam a aprendizagem, estando relacionados a questões comportamentais, pessoais e subjetivas dos estudantes.

Segundo o trecho “A avaliação deve incidir sobre 'atividades de leitura, produção escrita e produção oral’” (2019a, p. 1), a utilização do verbo “incidir” parece revelar que tais elementos são os objetos a serem avaliados. O período seguinte parece expor os instrumentos de avaliação que serão utilizados, como: observação do professor; avaliações diagnósticas interna e externa; atividades de leitura, produção escrita, escuta e produção oral; sondagens bimestrais de hipóteses de escrita; produção e interpretação de textos. O que nos faz questionar se todos esses elementos são instrumentos, pois podem aludir a procedimentos, e, sendo, se serão pertinentes para levantar informações sobre os objetos que serão avaliados. É válido ressaltar que os instrumentos “socialização, participação crítica e organização” extrapolam a aprendizagem, associando-se mais a atitudes comportamentais.

Com relação ao 1º ano de 2020, selecionamos o seguinte trecho explícito:

AVALIAÇÃO

Avaliação se dará através do acompanhamento diário do processo de aprendizagem dos alunos por meio da observação, avaliações diagnósticas, socialização, participação, organização, escuta e produção oral, sondagens bimestrais de hipóteses de escrita, entre outros. (2020a, p. 1 e 2)

Neste trecho, é possível verificar que a avaliação é vista como um processo que necessita ocorrer diariamente. Além disso, não é possível distinguir com clareza se são apresentados os instrumentos ou os objetos de avaliação, já que ao lado das sondagens bimestrais de hipóteses de escrita e das avaliações diagnósticas, afirma-se que a avaliação também se dará por meio da socialização, participação e organização, aspectos subjetivos e que extrapolam a aprendizagem. Dessa forma, se forem objetos é possível questionar a avaliação de tais aspectos pessoais e subjetivos e se forem instrumentos, é possível questionar como podem fornecer informações fidedignas e válidas sobre a aprendizagem dos estudantes.

Com relação ao 4º ano, no Plano de Ensino de 2020, selecionamos apenas um trecho explícito referente à avaliação da aprendizagem. O título é “Avaliações” e apresenta-se em forma de lista, com vários tópicos:

Avaliações

- Avaliação contínua e sistematizada;
- Inicial diagnóstica;
- Formativa e somativa;
- Auto avaliação (eventualmente);
- Avaliações reguladoras: atividades paralelas, pelo qual objetivam o acompanhamento no processo de aprendizagem para propor retomadas e fazer ajustes;
- Valorização dos progressos, dos avanços e conquistas do aluno no seu processo de aprendizagem. (2020, p. 4)



Relaciona-se diretamente a avaliação com a “Valorização dos progressos, dos avanços e conquistas do aluno no seu processo de aprendizagem” (2020a, p. 4). É importante refletir que apesar de mencionada, não se explica como se dará tal valorização, além de que não há critérios de avaliação; nesse sentido, ficamos com um enunciado vago, sendo possível questionar se tal valorização se daria por notas ou até mesmo por atribuição de pontos na média final.

No trecho explícito citado, utiliza-se também o adjetivo “sistemizada”, porém não há maiores detalhes sobre como se dará essa sistematização, embora isso possa considerado como algo pleonástico, pois, a fortiori, a qualquer avaliação na escola deve ser sistematizada. Além de que há outra adjetivação: “reguladoras”. Tais avaliações reguladoras são aquelas que, de acordo com o trecho, tem por finalidade um acompanhamento do processo de aprendizagem, visando propor retomadas e fazer ajustes. Os instrumentos de tais avaliações seriam as “atividades paralelas”; todavia, não há maiores detalhes e não é possível identificar, com precisão, em relação ao que são paralelas. Outra ressalva diz respeito à autoavaliação; não fica claro se é um instrumento.

É importante mencionar, de forma geral, que com relação aos trechos de Língua Portuguesa, não foi possível identificar qualquer menção a notas ou à síntese final, além de que nenhum dos Planos apresentou um tópico destinado às referências bibliográficas.

2. Análise dos Planos de Ensino de Matemática

No ano de 2019, os trechos explícitos aparecem apenas no 2º ano, enquanto os trechos implícitos aparecem apenas no 5º ano. No ano de 2020 os trechos explícitos aparecem nos 1º, 3º e 4º anos, enquanto os trechos implícitos aparecem nos 4º e 5º anos.

Os planos não apresentam referências bibliográficas e, para os 5º anos, onde a análise diacrônica é possível, com as limitações reiteradas pelo período restrito, apenas temos seleções dos trechos implícitos, ou seja, não há um tópico exclusivo para descrever a avaliação da aprendizagem.

Em 2019, o trecho implícito do 5º ano, que aparece sob um tópico intitulado “FORMAS E CRITÉRIOS DE RECUPERAÇÃO CONTÍNUA” (2019b, p. 2), é um trecho comum para todas as disciplinas referente ao 5º ano. No trecho, lê-se que:

FORMAS E CRITÉRIOS DE RECUPERAÇÃO CONTÍNUA

Atividades diversificadas; material concreto; jogos diversos; atendimento individualizado; trabalho em duplas produtivas e em pequenos grupos..



Em 2020, o trecho implícito para o 5º ano se inicia apresentando as diferentes formas de avaliação que serão utilizadas ao longo do ano: "A avaliação ocorrerá de maneira processual, sendo: diagnóstica, cumulativa e formativa (2020b, p. 4). Além disso, é descrito nesse trecho que o objetivo básico para tais escolhas é

[...] o aperfeiçoamento e, se necessário, o replanejamento das ações de ensino na organização do trabalho pedagógico, visando identificar dificuldades e avanços da situação de aprendizagem escolar do aluno, em função das condições de ensino que serão oferecidas [...].

São apresentadas também as expectativas em relação ao aluno:

- Resolver situações problema que envolva contagem, medidas, os significados das operações, utilizando estratégias pessoais de resolução e selecionando procedimentos de cálculos;
- Ler, escrever números naturais e racionais, ordenar números naturais e racionais na forma decimal, pela interpretação do valor posicional de cada uma das ordens;
- Realizar cálculos, mentalmente e por escrito, envolvendo números naturais e racionais e comprovar os resultados, por meio de estratégias de verificação. (2020b, p. 4).

Diante da apresentação das expectativas em relação aos alunos, que configurariam os objetos de avaliação da aprendizagem, entendemos que ainda faltam detalhamentos, sobretudo quanto aos critérios e aos instrumentos.

Em um outro trecho, embora escrito dentro do tópico de Língua Portuguesa, acredita-se que seja para Matemática devido ao conteúdo descrito:

-Ler, escrever, comparar, arredondar, ordenar, compor e decompor números naturais de qualquer ordem de grandeza pela compreensão e uso das regras do sistema de numeração decimal, incluindo o uso da reta numerada. Investigar a condição de equivalência de duas ou mais frações pela observação de representações gráficas e de regularidades nas escritas numéricas e expressar oralmente ou por escrito essa condição.

-Analisar, interpretar, formular e solucionar problemas com números naturais compreendendo os significados do campo aditivo (composição, transformação, comparação e composição de transformações) e do campo multiplicativo (proporcionalidade, configuração retangular e combinatória) e validar a adequação dos resultados por meio de estimativas ou tecnologias digitais. (2020a, p. 2)

Este trecho foi indicado como implícito para Matemática, primeiro por estar dentro de um outro trecho em Língua Portuguesa que se inicia com: "a avaliação ocorrerá de maneira processual [...]" (2020, p. 2). Segundo, pelo contexto que abarca o conteúdo da matemática.

Tal trecho nos remete à mesma indagação anterior, pois apresenta-nos as habilidades previstas para serem desenvolvidas, no entanto como tais aprendizagens serão avaliadas não está descrita. Apesar do destaque dado ao uso dos resultados da avaliação da aprendizagem

para interferir no processo de ensino e de aprendizagem, verifica-se a ausência das devolutivas aos alunos, assim como a indicação de uma sistematização para registro assinalando o nível de aprendizado dos alunos.

Nota-se que para o ano de 2020 houve uma dedicação maior, em comparação ao ano de 2019, para incorporar a discriminação a respeito do processo avaliativo, embora com lacunas importantes, inclusive, no que diz respeito a critérios para atribuição de conceitos, seja no âmbito bimestral ou como síntese final. Trata-se de um progresso, já que a avaliação compõe o planejamento das professoras e, dessa forma, seu detalhamento também se faz necessário.

Em 2019, no 2º ano, selecionamos apenas um trecho explícito:

Avaliação: se dará de forma contínua, observando a participação, envolvimento e dedicação do aluno em todas as atividades propostas e também de forma sistemática, por meio de atividades que contemplem os conteúdos desenvolvidos em cada bimestre. (2020, p. 2)

Este trecho nos traz a indagação sobre a forma contínua da avaliação, uma vez que parte dela acontecerá a partir da “participação, envolvimento e dedicação do aluno”(2020b, p. 2). Desta forma, a pergunta é: o que será avaliado dentro destes critérios? Então, entende-se, a partir da leitura, que o comportamento do aluno será incluído neste processo, o que nos leva à dúvida recorrente: essa avaliação é da aprendizagem? Já que na segunda parte do trecho nos é apresentado a indicação para uma sistematização diante dos conteúdos bimestrais, mas que também não é descritivo de como serão tais atividades e em que momentos serão avaliados, o que nos leva a uma compreensão de que todas as atividades farão parte da avaliação.

Em 2020, o trecho explícito referente ao 1º ano é idêntico ao citado anteriormente; já para o 3º ano está diferente e contempla uma breve explanação sobre cada finalidade de avaliação que será trabalhada pelas professoras, o que se torna inédito para a disciplina de matemática:

• *Avaliação:*

A avaliação ocorrerá de maneira processual, tendo como objetivo básico o aperfeiçoamento das ações de ensino na organização do trabalho pedagógico, visando identificar dificuldades e avanços da situação de aprendizagem escolar dos alunos.

- Avaliação inicial ou diagnóstica que tem como objetivo perceber o conhecimento prévio dos alunos;
- Avaliação contínua e formativa que tem como perspectiva a aprendizagem significativa para a formação do aluno;
- Avaliar na exposição oral do aluno, sua compreensão crítica referente aos conteúdos abordados;
- Avaliação Somatória que tem como prioridade realizar uma síntese dos conteúdos trabalhados. (2020b, p. 4-5)

Neste trecho, o termo “Somatória” nos chamou a atenção; talvez tenha sido um erro de digitação. No entanto, ele aparece em outros momentos no Plano de Ensino, o que nos fez questionar sobre tal referência ao termo, se está em alguma fonte utilizada ou se houve uma confusão com a expressão avaliação somativa. Dentro desta tentativa de explicação sobre o objetivo de cada tipo de avaliação, destaca-se a seguinte frase: “Avaliar na exposição oral do aluno, sua compreensão crítica referente aos conteúdos abordados” (2020b, p. 4-5), pois nos indagamos sobre a "exposição oral" para o contexto da Matemática, assim como o trecho seguinte que visa avaliar a “compreensão crítica referente aos conteúdos abordados”, já que nos é apresentado um formato genérico da descrição do objetivo da avaliação.

Embora não haja referências bibliográficas nesses Planos de Ensino, sugere-se um levantamento de tais termos nos documentos curriculares norteadores oficiais da SME, para buscar entender a origem dos mesmos, seja de forma direta no texto oficial ou de forma indireta, nas referências utilizadas para a produção de tais documentos.

Também em 2020, no trecho explícito do 4º ano aparecem termos semelhantes aos indicados anteriormente, com adições como “auto avaliação” e uma descrição de instrumentos a serem utilizados:

Avaliação

- Avaliação diagnóstica e auto avaliação;
- Avaliação contínua e sistematizada;
- Sondar o que os alunos sabem e o que pensam sobre matemática. A partir daí, observar suas evoluções e suas reais necessidades durante todo o processo de aprendizagem, reformulando assim as propostas se necessário, objetivando um sistemático aprendizado e desenvolvimento.
- Provas escritas compostas por questões abertas e de múltipla escolha;
- Fichas de acompanhamento com indicadores do desenvolvimento;
- Avaliar o desempenho global do aluno, através de observações e acompanhamento das atividades, permitindo assim visualizar as habilidades cognitivas do aluno, as atitudes e os procedimentos em situações naturais e espontâneas (2020b, p. 7)

O terceiro tópico do trecho busca explicar como as avaliações diagnóstica e contínua serão ofertadas aos estudantes, mas não abarca a “auto avaliação”. Em seguida, são apresentados tipos de instrumentos que serão utilizados: “Provas escritas compostas por questões abertas e de múltipla escolha” e “Fichas de acompanhamento com indicadores do desenvolvimento”, sobre esta última nos indagamos como essas fichas de acompanhamento serão utilizadas e como serão apresentadas aos alunos tal desempenho. E por fim, no último tópico, tem a indicação da avaliação das atitudes e os procedimentos, que também não está explicitado de como será desenvolvida tal avaliação..

O trecho implícito do 4º ano de 2020 foi selecionado a partir do tópico “Recuperação Contínua” (2020b, p. 7).

Recuperação Contínua

- Leitura e compreensão de enunciados;
- Sistema de Numeração Decimal: leitura, escrita, comparação, técnicas operatórias e resolução de situações-problemas.
- Agrupamentos produtivos, duplas produtivas, avaliações reformulando as propostas com atividades diversificadas e mais apropriadas ao nível de aprendizagem de cada aluno.
- Retomar os conteúdos e atividades que não foram totalmente compreendidas e assimiladas.
- Atividades extras que desenvolvam o raciocínio.
- Atividades individualizadas nas maiores dificuldades.
- Situação-problema
- Incentivo, reconhecimento, motivação e participação. (2020, p. 7)

Neste trecho não está exposto em que momento as atividades descritas serão realizadas e indagamos sobre o significado de “agrupamentos produtivos e duplas produtivas”, sugerindo a junção de alunos que apresentam dificuldades com aqueles que não apresentam dificuldades, a fim de trabalhar uma aprendizagem por pares. A retomada de conteúdos será para todos os alunos ou apenas para aqueles que ainda não compreenderam e não assimilaram? Em que momento essas atividades extras serão ofertadas? Essas e outras perguntas são válidas para a entrevista com as professoras, com o intuito de compreender melhor como a dinâmica da recuperação contínua se dá nas aulas e como elas estão associadas a avaliação dos alunos.

A partir das análises dos Planos de Ensino, encontrou-se diversidade nas indicações sobre a forma de avaliar a aprendizagem; as expectativas ou objetivos de aprendizagem dos professores em relação aos alunos aparecem associados a outras dimensões que não são expressões diretas da aprendizagem, como, por exemplo, comportamento, participação ou esforço. Nessa diversidade, atributos comportamentais, éticos, sociais e, de certa forma, psicológicos tipificam parte da forma como alguns professores pretendem avaliar. Esta situação está alinhada à definição de "miscelânea", cunhada por Brookhart (2016), para assinalar que embora os professores afirmem estar realizando avaliação da aprendizagem, no fundo, acabam misturando muitas outras dimensões; em diferentes matérias e anos escolares combinam realização, esforço, comportamento, avanço e atitudes.

Os critérios sobre como as notas e os conceitos, bimestralmente ou ao final do ano letivo, são constituídos e atribuídos aos produtos dos alunos considerados para a avaliação da aprendizagem, não estão registrados nos documentos investigados. Pode-se, ainda, apontar lacunas nos Planos de Ensino sobre a relação entre as notas bimestrais e as sínteses finais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos trechos selecionados, mesmo reconhecendo suas limitações físicas e temporais, revelou a inexistência de uma delimitação mais precisa da avaliação da aprendizagem, quer em termos da própria definição de avaliação da aprendizagem, quer de seus elementos constitutivos mais elementares – objeto, técnicas de levantamento de informações, instrumentos, procedimentos de aplicação, processamento de respostas, formas de resultados e critérios de avaliação. Outras dimensões que não são diretamente expressão da aprendizagem, tais como comportamento, participação ou esforço, por vezes, aparecem como expectativas ou objetivos de aprendizagem dos professores em relação aos alunos. Em certos trechos encontram-se demarcados os usos dos resultados da avaliação da aprendizagem, tanto para que os professores possam deles se servir para alterar o planejamento das aulas ou revisão do programa, quanto para incrementar a aprendizagem dos alunos. Contudo, uma das principais constatações é que não se encontra critérios sobre como as notas e os conceitos, bimestralmente ou ao final do ano letivo, são constituídas e atribuídas aos produtos dos alunos considerados para a avaliação da aprendizagem. Isso denota tanto a necessidade de avanço dos estudos e pesquisas relacionados aos planos de ensino como a necessidade da formação dos professores para a elaboração de tais documentos, de modo que esses construam uma prática pedagógica de forma facilitada e funcional a partir do uso dos planos de ensino.

REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Desafios da avaliação educacional: ensino e aprendizagem como objetos de avaliação para a igualdade de resultados. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 135-153, jun. 2013.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional: Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, dez. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matrizes de Referência de Língua Portuguesa e Matemática do Saeb**: documento de referência do ano de 2001. Brasília: Inep, jun. 2020a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Escalas de proficiência do Saeb**. Brasília: Inep, ago. 2020b.
- BROOKHART, Susan M. *et al.* A century of grading research: meaning and value in the most common educational measure. **Review of Educational Research**, v. 86, n. 4, p. 803-848, Dec. 2016.



CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. **Análise de documentos:** método de recolha e análise de dados. Lisboa: Universidade de Lisboa / Mestrado em Educação / Disciplina Metodologia da Investigação I: [Mimeo.], 2004.

CECHINEL, Andre *et al.* Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, Criciúma, v. 5, n. 1, p. 1-7, jan./jun. 2016.

ESCOLA MAURITÂNIA. Planos de Ensino de Língua Portuguesa. São Paulo: Escola, 2019a.

ESCOLA MAURITÂNIA. Planos de Ensino de Matemática. São Paulo: Escola, 2019b.

ESCOLA MAURITÂNIA. Planos de Ensino de Língua Portuguesa. São Paulo: Escola, 2020a.

ESCOLA MAURITÂNIA. Planos de Ensino de Matemática. São Paulo: Escola, 2020b.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história.** São Paulo: Contexto, 2020. 144 p. (História na Universidade).

PARKES, Jay; HARRIS, Mary B. The purposes of a syllabus. **College Teaching**, v. 50, n. 2, p. 55-61, 2002.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselene Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.